
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000977-36.2011.2.00.0000**Requerente:** Edilberto Barbosa Clementino**Requerido:** Tribunal Regional Federal 4ª Região

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRF-4ª REGIÃO. MAGISTRADO QUE RECORRE DE DECISÃO QUE DESACOLHEU SEU PEDIDO DE REMOÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO.

1. Os magistrados federais devem recorrer das decisões dos seus tribunais ao Conselho da Justiça Federal, que foi mantido pelo legislador constituinte quando criou o Conselho Nacional de Justiça como órgão administrativo de cúpula do Poder Judiciário.
2. Não convém a esta Corte apreciar em primeira mão a questão relativa ao indeferimento da remoção do magistrado, que acima de tudo, é matéria de interesse individual, a merecer apreciação pelo Conselho da Justiça Federal.
3. Recurso recebido e não provido.

Cuida-se de recurso administrativo manejado pelo magistrado Requerente em face da decisão monocrática que prolatei nestes autos, encaminhando-os para o Conselho da Justiça Federal.

Entre suas razões de recurso, o magistrado assevera que promoveu o presente pedido de controle porque está submetido à regra de "congelamento" do TRF da 4ª Região, matéria que já foi julgada pelo CNJ, no caso do Juiz Federal João Batista Brito Osório, no PCA 0008137-49.2010.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro José Adonis.

Discorreu sobre a insegurança gerada com o tratamento diverso em casos idênticos no espaço de um mês e destacou as deficiências estruturais do Conselho da Justiça

Federal, bem como a demora na tramitação, já que ainda não se utiliza o processo eletrônico.

Pleiteou a reconsideração da decisão para conceder a liminar pleiteada, declarando, ao final, nula a decisão do TRF da 4ª Região, para imediata remoção do Requerente para a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu-PR.

É o relatório. Voto:

A decisão monocrática combatida foi prolatada nos seguintes termos:

Trata-se de procedimento por meio do qual o magistrado Edilberto Barbosa Clementino solicita controle de ato do TRF da 4ª Região que, ao examinar pedido formulado pelo Requerente no concurso de remoção, teria deixado de observar dispositivo constitucional.

Argumenta que é Juiz Federal do TRF da 4ª Região, titular da Vara Federal e Juizado Especial da Subseção Judiciária de Guairá, sendo que manifestou seu interesse em remover-se para a Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu, mas teve seu pedido indeferido pela Corte Especial do Tribunal porque recentemente titularizou as varas onde hoje se encontra.

Assenta que embargou da decisão porque foi tomada sem o quorum qualificado para negar pedido de remoção, mas este pedido também foi indeferido, sob o argumento de que a Emenda 45/2004 revogou o regimento interno do TRF da 4ª Região quanto ao aspecto de quorum para votação.

Acentua que não há interesse público a justificar o indeferimento de sua pretensão e que não houve qualquer outro magistrado interessado na remoção para a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu.

Entre outros argumentos, destacou que desatender ao pedido de remoção do magistrado titular, prestigia a promoção de juiz federal substituto, em desrespeito à estabilidade jurídica dos atos da administração.

Indeferi a liminar e solicitei informações do Tribunal, as quais vieram prestadas pela Diretora de Secretaria de Assuntos da magistratura, que reproduziu notas taquigráficas dos votos dos desembargadores, destacando que não havendo outros juízes interessados na vaga para a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, esta será destinada à promoção.

Sobre as informações manifestou-se o magistrado, impugnando-as.

É O RELATÓRIO. DECIDO:

O processo me veio concluso para apreciação do pedido de liminar, postergado para depois das informações do Tribunal.

Entretanto, melhor examinando os autos, verifico que o controle solicitado pelo magistrado não pode ser aqui apreciado e decidido nesta fase.

Com o efeito, o Conselho Nacional de Justiça é órgão de cúpula do Poder Judiciário, porém, **sem** exclusão da competência dos outros Conselhos, como o da Justiça Federal e o da Justiça do Trabalho, que subsistiram após a Emenda Constitucional nº 45/2004.

E cabe ao Conselho da Justiça Federal tratar das questões referentes aos interesses da magistratura federal em primeira mão.

Se assim não fosse, o CNJ acabaria suprimindo a competência dos demais Conselhos, decidindo em primeira e última mão todas questões.

É necessário, portanto, que o controle aqui solicitado - decisão sobre pedido de remoção de magistrado federal - seja analisado e decidido pelo Conselho da Justiça Federal, que possui ampla estrutura justamente para dirimir as questões referentes à justiça Federal.

Ao CNJ caberá decidir, em última instância administrativa, sobre eventual ato praticado que contrarie o direcionamento geral definido nas resoluções e decisões já assentadas nesta Corte, já que o controle da legalidade dos atos administrativos dos tribunais e dos Conselhos - CJF e CSJT - devem ser aqui dirimidos.

Neste aspecto, aliás, convém ressaltar que esta tem sido a postura do Conselho Nacional de Justiça, a fim de não desbordar de sua competência constitucional, deixando a organização judiciária aos respectivos Tribunais - nos casos da justiça estadual, justiça eleitoral e militar - e aos Conselhos, nos casos da justiça Federal e Justiça do trabalho.

É bom realçar, por fim, que qualquer ato do CJF, de natureza administrativa, financeira ou da conduta funcional dos magistrados pode e deve ser controlado pelo, repita-se, órgão de cúpula administrativa do Poder Judiciário que é o CNJ, cuja competência constitucional está perfeitamente delimitada.

Não há atuação administrativa, financeira ou de natureza funcional do Poder Judiciário que esteja fora do alcance do CNJ, mas não cabe ao CNJ eliminar a atuação dos demais conselhos, que foram mantidos pelo legislador constituinte.

Trata-se, pois, neste momento, de caso de não conhecimento pelo CNJ, com encaminhamento dos autos para apreciação e decisão do Conselho da Justiça Federal-CJF.

Ante o exposto, **não conheço do presente pedido** e determino seu encaminhamento para o Conselho da Justiça Federal-CJF, pelo meio mais expedito.

Meu entendimento continua exatamente o mesmo expressado na decisão atacada, apesar do precedente referido novamente pelo recorrente, da lavra do Conselheiro José Adonis, cuja decisão acompanhei com o meu voto naquela ocasião.

Daquela data a esta, revi meu posicionamento sobre a apreciação de pedidos individuais de magistrados federais, na medida em que, estando o Conselho da Justiça Federal mantido na estrutura do Poder Judiciário, nada justifica que o

CNJ se debruce, em primeira mão, sobre matéria como esta, objeto de discussão neste Procedimento.

A estrutura do CJF foi mantida e, ao que consta, está muito bem aparelhada para atender aos reclamos da magistratura federal em primeira mão.

Por outro lado, sendo magistrado o Requerente certamente não desconhece que o entendimento do julgador pode mudar e isso acontece de uma para outra decisão, o que pode ocorrer em curto espaço de tempo.

O fato de ter votado naquela sessão, em janeiro, não importa que este relator esteja jungido eternamente àquele entendimento.

A reflexão sobre o papel dos demais Conselhos já foi promovida mais de uma vez nesta Corte, mas é preciso assentar esta hierarquização, já que muitas coisas relativas aos Juízes Federais são solucionadas naquele âmbito.

Tanto é assim que o maior número de processos no Conselho Nacional de Justiça envolve a magistratura estadual, esta sim, desguarnecida de um conselho específico, não possui nenhum anteparo, sendo as decisões dos tribunais discutidas diretamente aqui, no órgão de única e última instância administrativa para eles, no que se refere às decisões dos tribunais.

Ademais, as decisões liminares do Supremo Tribunal Federal, que, embora ainda não espelham o definitivo posicionamento da Suprema Corte já deixam vislumbrar o pensamento, também andam nesse sentido, desafiando uma melhor compreensão do papel do CNJ, como órgão de cúpula, a quem cabe a última palavra.

Analisando questão de interesse individual do magistrado, quando o CJF é que deveria fazê-lo, o Conselho Nacional de Justiça desperdiça tempo e estrutura que seriam melhor empregados na busca de solução para problemas mais complexos do Poder Judiciário como um todo.

Diante do exposto, **recebo o recurso mas lhe nego provimento**, mantendo integralmente a decisão monocrática.

É como voto.

Brasília, maio de 2011

MARCELO NOBRE
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MARCELO NOBRE em 23 de Maio de 2011 às 17:29:36

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
39e078c5518b4c37dad30fc60b33a6df



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1162735**



11062918144200000000001162027